

Termo de Referência 28/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
28/2023	682010-AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS	MAURICIO RODRIGUES LIBARDI	30/08/2023 15:42 (v 8.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda;	42/2022	50300.009506/2023-72

1. Definição do objeto

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21

COMPRAS – CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Administrativo nº 50300.009506/2023-72

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1. 1.1 Aquisição de. Aparelho de ar-condicionado para o Posto Avançado de Santos e para a Unidade Regional de Fortaleza da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aparelho de ar-condicionado tipo janela, capacidade de refrigeração de 12.000 BTU/H, altura máxima externa 42 cm e largura máxima externa de 67 cm, vazão mínima de ar de 460 M3/H, frequência	393681	UNIDADE	10	R\$ 2.040,00	R\$ 20.400,00

	60 HZ, tensão 220 V e com as seguintes características adicionais: refrigera e ventila.					
2	Aparelho de ar-condicionado com capacidade de refrigeração de 60.000 BTU/H, tensão: 220 V, tipo: split, modelo: teto/piso. Características adicionais 1 controle remoto sem fio, compressor inverter e eficiência energética A.	398485	UNIDADE	01	R\$ 13.599,71	R\$ 13.599,71
3	Aparelho de ar-condicionado com capacidade de refrigeração de 18.000 BTU/H, tensão: 220 V, tipo: split Características adicionais 1 controle remoto sem fio, compressor inverter, e eficiência energética A.	324403	UNIDADE	01	R\$ 2.974,42	R\$ 2.974,42

1. 1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1. 1.3 O prazo de vigência da contratação é de até 45 dias contados do(a) recebimento da Nota de Empenho na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1. 1.4 O custo estimado total da contratação é de R\$ 36.974,13 (trinta e seis mil, novecentos e setenta e quatro reais e treze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

1. 2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

(SUPRESSÃO)

2. 2.2 Tendo em vista que o Posto Avançado de Santos e a Unidade Regional de Fortaleza estão com sua capacidade de refrigeração extremamente reduzida faz-se necessário prover àquelas Unidades Descentralizadas da ANTAQ com

equipamentos de refrigeração capazes de proporcionar um ambiente adequado para que os Servidores e Colaboradores possam desempenhar suas atividades e ainda atender ao público num ambiente devidamente refrigerado.

3. Descrição da solução

3.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133 /2021)

1. 3.1 A descrição da solução como um todo, abrange o fornecimento de 12 aparelhos de ar-condicionado, sendo 10 para o Posto Avançado de Santos e 02 para a Unidade Regional de Fortaleza.
2. 3.2 No Posto Avançado de Santos não será necessário contratar instalação pois são aparelhos tipo janela bastando, portanto, a simples substituição. Importante frisar que esta Unidade tem 10 equipamentos, mas somente 03 estão em funcionamento, que estão em péssimas condições, não justificando o conserto pelos custos envolvido.
3. 3.3 Na Unidade Regional de Fortaleza os 02 equipamentos irão substituir os 02 existentes que já contam com mais de dez anos de uso e estão inoperantes, não justificando o conserto pelos custos envolvido. Nesta Unidade, a instalação deverá ocorrer em momento posterior, uma vez que, na pesquisa prévia de preços, nenhuma empresa cotou o fornecimento e instalação ao mesmo tempo. Além disso, a aquisição sem a instalação proporcionará uma maior competitividade, já que os fornecedores de outros estados também poderão participar por não precisarem estar em Fortaleza para a instalação.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)

1. 4.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:
 - 1.1. 4.1.1 Sustentabilidade:
 - 1.1.1. 4.1.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
 - 1.1.2. 4.1.1.2 **Utilizar materiais reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;**
 - 1.1.3. 4.1.1.3 **Instruir os funcionários para separação consciente do lixo e dos resíduos reutilizáveis;**
 - 1.1.4. 4.1.1.4 **Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação;**
 - 1.2. **4.2 Não será permitida a participação de cooperativas e consórcios de empresas.**
 - 1.3.
 - 1.4.
 - 1.4.1. 4.1.1.5 **Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;**
 - 1.4.2. 4.1.1.6 **Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho;**

- 1.4.3. 4.1.1.7 Atender às orientações contidas na IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- 1.4.4. 4.1.1.8 Utilizar veículo, quando possível, que que utilize o combustível renovável.

1. 4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

1. 4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

- 1.1. 4.3.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução pois, em razão das características do objeto da presente aquisição, os benefícios advindos da exigência de garantia não justificam o natural aumento de custos quando essa exigência está presente.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 45 dias, contados da emissão da nota de empenho., em remessa única.

1. 5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (15) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

2. 5.3 Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

2.1. 5.3.1 Item 01 - Posto Avançado de Santos - Rua Augusto Severo, número 07, 13º andar, Centro, Santos - SP. CEP 11.010- 05;

2.2. 5.3.2 Item 02 - Unidade Regional de Fortaleza - Praça Amigos da Marinha, S //Nº, Prédio Administrativo do Porto de Fortaleza, Mucuripe - Fortaleza - CE. CEP 60.180-422;

2.3. 5.3.3 Item 03 - Unidade Regional de Fortaleza - Praça Amigos da Marinha, S //Nº, Prédio Administrativo do Porto de Fortaleza, Mucuripe - Fortaleza - CE. CEP 60.180-422.

3. 5.4 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 07 (sete) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4. 5.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5. 5.6 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

- 5.1. **5.6.1** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
6. **5.7** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21) (SUPRESSÃO)

1. **6.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
2. **6.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
3. **6.3** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
- 3.1. **6.3.1** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 3.2. **6.3.2** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
4. **6.4** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
5. **6.5** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
6. **6.6** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

(SUPRESSÃO)

- 6.1. **6.6.1** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º). **(SUPRESSÃO)**
7. **6.7** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
8. **6.8** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).
9. **6.9** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da

contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º). **(SUPRESSÃO)**

10. 6.10 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF. **(SUPRESSÃO)**

11. 6.11 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF. **(SUPRESSÃO)**

12. 6.12 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas: **(SUPRESSÃO)**

7. Critérios de medição e pagamento

7.1 O pagamento será realizado em até 10 (dez) contados da nota fiscal devidamente atestada a observadas as condições de forma, o prazo e as condições de pagamento, será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, conforme o artigo 92 (V e VI da Lei 14.133/2021).

7.2 Não se aplicam os critérios de medição conforme Termo de Referência Modelo da AGU (Termo de Referência – Compras – Lei nº 14.133/21 – Contratação Direta -- Atualização: Junho/2022).

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

1. 8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

2. 8.2 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

3. 8.3 Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

4. 8.4 Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

4.1. 8.4.1 **Não haverá a necessidade de comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto deste Termo de Referência, tendo em vista se tratar de fornecimento integral único.**

5. **8.5 As propostas deverão ter validade mínima de 30 dias da data de apresentação da proposta.**

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7,00

Não se aplica, conforme Termo de Referência Modelo da AGU (Termo de Referência – Compras – Lei nº 14.133/21 – Contratação Direta -- Atualização: Junho/2022).

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 682010/68201;

Fonte de Recursos: 1052000015;

Programa de Trabalho: 26.122.0032.2000.0001 – Administração da Unidade – Nacional;

Elemento de Despesa: 44905212 - APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS;

Plano Interno: A2000;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Especificação da Garantia Contratual 2

11. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

1. 11.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
2. 11.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
3. 11.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
4. 11.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
5. 11.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

12. DO PAGAMENTO

1. PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1.1. PREÇO

1.1.1. O valor total da contratação está estimado em de R\$ 36.974,13 (trinta e seis mil e novecentos e setenta e quatro reais e treze centavos)

1.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

1.2. FORMA DE PAGAMENTO

1.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

1.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

1.3. PRAZO DE PAGAMENTO

1.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

1.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

1.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice do IGPM correção monetária.

1.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

1.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

1.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. 1. o prazo de validade;
- b. 2. a data da emissão;
- c. 3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. 4. o período respectivo de execução do contrato;
- e. 5. o valor a pagar; e
- f. 6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.1.

6.1.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

6.1.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.3. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.1.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.1.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.1.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.1.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.1.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.1.8.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.1.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.2. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO (SUPRESSÃO)

6.2.1. A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial /total), conforme as regras previstas no presente tópico. **(SUPRESSÃO)**

6.2.2. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante – ex: seja assinado o termo de contrato ou seja prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado. **(SUPRESSÃO)**

6.2.3. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma: **(SUPRESSÃO)**

6.2.3.1. R\$. (valor em extenso) quando do início da segunda etapa. **(SUPRESSÃO)**

6.2.3.2. (...)**(SUPRESSÃO)**

6.2.4. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto. **(SUPRESSÃO)**

6.2.4.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato. **(SUPRESSÃO)**

6.2.5. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico anterior deste instrumento. **(SUPRESSÃO)**

6.2.6. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado. **(SUPRESSÃO)**

6.2.7. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado: **(SUPRESSÃO)**

6.2.7.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente; **(SUPRESSÃO)**

6.2.7.2. prestação da garantia nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de ...%. **(SUPRESSÃO)**

6.2.8. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes. **(SUPRESSÃO)**

1.

1.1. CESSÃO DE CRÉDITO **(SUPRESSÃO)**

1.

1.1.

1.1.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico. **(SUPRESSÃO)**

1.1.1.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante. **(SUPRESSÃO)**

1.1.2. A cessão de crédito, de qualquer natureza, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020. **(SUPRESSÃO)**

1.1.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis. **(SUPRESSÃO)**

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

1.1. São obrigações do Contratante:

1.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

1.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

1.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

1.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

1.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

1.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

1.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

1.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

1.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 15 para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

1.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. (SUPRESSÃO).

1.

1.1. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

1.

1.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

1.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

1.1.3. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

1.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

1.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

1.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

1.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

1.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

1.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

1.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

1.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

1.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

1.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

1.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

1.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o

atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.1.16. **Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;**

1.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência; **(SUPRESSÃO)**

1.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato; **SUPRESSÃO)**

1.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina. **SUPRESSÃO)**

1.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere. **SUPRESSÃO)**

1.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre. **SUPRESSÃO)**

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. **SANÇÕES**

1.1. **Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:**

1.1.1. **dar causa à inexecução parcial do contrato;**

1.1.2. **dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;**

1.1.3. **dar causa à inexecução total do contrato;**

1.1.4. **deixar de entregar a documentação exigida para o certame;**

1.1.5. **não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;**

1.1.6. **não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;**

1.1.7. **ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;**

1.1.8. **apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;**

1.1.9. **fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;**

- 1.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 1.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 1.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 1.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 1.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a. 1.2.1. Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b. 1.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;[A1]
- c. 1.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d. 1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 1.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 1.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 1.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 1.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 1.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 1.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 1.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 1.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

1.6. **A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.**

1.7. **Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.**

1.8. **A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.**

1.9. **O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.**

1.10. **A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.**

a. 1.

1.1. **As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso (SUPRESSÃO)**

[A1]Nota Explicativa: Nos termos do art. 156, §3º da Lei nº 14.133/21, a multa deve ser prevista em percentual entre 0,5% e 30% do valor do contrato.

16. ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA

Objeto: Aquisição de. Aparelho de ar-condicionado para o Posto Avançado de Santos e para a Unidade Regional de Fortaleza da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	393681	Aparelho de ar-condicionado tipo janela, capacidade de refrigeração de 12.000 BTU/H, altura máxima externa 42 cm e largura máxima externa de 67 cm, vazão mínima de ar de	10	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXX,XX

		460 M3/H, frequência 60 HZ, tensão 220 V e com as seguintes características adicionais: refrigera e ventila.			
2	398485	Aparelho de ar-condicionado com capacidade de refrigeração de 60.000 BTU/H, tensão: 220 V, tipo: split , modelo: teto/piso. Características adicionais 1 controle remoto sem fio, compressor inverter e eficiência energética A	01	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXX,XX
3	324403	Aparelho de ar-condicionado com capacidade de refrigeração de 18.000 BTU/H, tensão: 220 V, tipo: split Características adicionais 1 controle remoto sem fio, compressor inverter, e eficiência energética A.	01	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXX,XX

Validade da proposta (mínima de trinta dias):

Prazo de Entrega:

Nome da empresa:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados Bancários:

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAURICIO RODRIGUES LIBARDI

Membro da Equipe de Contratação



Assinou eletronicamente em 30/08/2023 às 14:57:58.

WALMIR MAIA ROCHA LIMA NETO

Membro da Equipe de Contratação



Assinou eletronicamente em 30/08/2023 às 15:17:37.

GIOVANA RODRIGUES DE ARAUJO

Membro da Equipe de Contratação



Assinou eletronicamente em 30/08/2023 às 15:22:52.

EDIBERTO MAGALHAES BREMGARTNER

Membro da Equipe de Contratação



Assinou eletronicamente em 30/08/2023 às 15:42:37.